

Apontamentos sobre a categoria valor de uso¹

Ricardo Melo²

RESUMO: Este artigo discute a importância da categoria valor de uso presente na Crítica à Economia Política empreendida por Marx. Após a análise de algumas interpretações sobre o tema, busco entender a relação existente entre a categoria valor de uso com a teoria do valor, e a importância que reveste este conceito no sistema categorial d'O Capital.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica à Economia Política; Teoria do valor; Valor de uso.

ABSTRACT: This article discusses the importance of the category use value present in the Critic to the Political Economy undertaken by Marx. After the analysis of some interpretations on the theme, I look for to understand the relationship that exists among the category use value with the theory of the value, and the importance that covers this concept in the system of the category of the Capital.

KEYWORDS: Critic to the Political Economy; Theory of the value; Use value.

I

Rosdolsky teve o mérito de trazer para o debate marxista a importância da categoria valor de uso no pensamento de Marx. Segundo ele “até hoje a literatura marxista tratou (do valor de uso – RM) de forma negligente”. É interessante notar como vários marxistas tenham deixado de lado uma categoria tão importante.

Um dos exemplos dessa negligência metodológica é do economista marxista americano Paul Sweezy. Deixando à margem a categoria valor de uso, ele alega que Marx “exclui o valor de uso (ou, como é atualmente chamado, a ‘utilidade’) do campo de investigação da Economia Política sob a alegação de que não representa diretamente uma relação social” (SWEETZY, 1983, p. 33). Preocupado mais em achar um objeto de estudo em economia, ele afirma que “a Ciência Econômica é a ciência da produção de mercadorias. Desse ponto de vista os problemas da Economia têm um caráter exclusivamente quantitativo: começam com o valor de troca, a relação quantitativa básica entre mercadorias, estabelecida através do processo de troca” (SWEETZY, 1983, p. 32). E mais: “Já dissemos que mercadoria é tudo o que se pode produzir para troca, e não para uso do produtor. O estudo das mercadorias é, portanto, o estudo das relações econômicas de troca” (SWEETZY, 1983, p. 31). Fazendo uma separação (arbitrária) entre quantitativo e qualitativo, que Sweezy chama de método de “aproximações sucessivas”, sua leitura é no mínimo insuficiente no capítulo I do *Capital*. O problema está exatamente na incompreensão do método de Marx³.

Outro economista marxista (citado também por Sweezy, 1983, p. 33, nota 8) a desconsiderar a importância do valor de uso no sistema de Marx é Rudolf Hilferding. No debate que tem com Böhn-Bawerk, ele afirma: “o aspecto social da mercadoria, do bem, é objeto da economia na medida em que representa uma relação social; mas seu aspecto natural, seu valor de uso, está situado mais além da esfera de observações da economia política” (apud ROSDOLSKY, 2001, p. 75). Analisando dessa forma, exclui-se o valor de uso da crítica à economia política burguesa deixando vaga uma resposta à escola neoclássica que se baseia na ‘utilidade’ do bem. Considerando sobre este aspecto, o valor de uso, para Hilferding, é apenas uma categoria numa sociedade que não seja uma sociedade do capital não entrando na crítica à economia burguesa como afirmando mais tarde em outra polêmica agora com Eduard Bernstein: “O valor de uso só pode ser considerado uma categoria social quando se converte em finalidade consciente da sociedade, em objeto consciente de sua ação social, e só por esta razão. Isso ocorre na sociedade socialista, cuja direção

coloca conscientemente o problema da produção de valores de uso; isso não ocorre na sociedade capitalista” (apud ROSDOLSKY, 2001, p. 498, nota 6).

Esse trabalho pretende resgatar a importância da categoria valor de uso na exposição dialética do *Capital* analisando as categorias na forma como vão aparecendo no *Capital*⁴ (riqueza, mercadoria, valor de uso, valor de troca, valor) e mostrar que o valor de uso tem um papel central nesta análise. Como o próprio Marx observa nos *Grundrisse* “esta sustancia (valor de uso – RM) aparece en primer término como mero presupuesto, al margen de toda consideración de la economía política, y solo ingresa a la esfera de esa consideración cuando las relaciones formales la modifican o al presentarse como modificadora de éstas”.

II

O objeto principal de estudo de Karl Marx em *O Capital* é o modo de produção capitalista – como ele se constituiu, tornou-se predominante e como superá-lo⁵. Na famosa abertura do *Capital* temos, “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1983, p. 45; MARX, 1982, p. 31). Aproximando-se da economia política inglesa, Marx inicia seu estudo analisando o que tem de maior valor no estudo dessa ciência burguesa, a riqueza⁶. Mas a riqueza não se refere a nenhuma período histórico determinado, é uma categoria geral, presente em qualquer sociedade. Entretanto, Marx não faz isto eliminando as determinações históricas; pelo contrário, está preocupado em investigar a mercadoria enquanto forma capitalista de uma categoria geral. A riqueza, por sua vez, não se refere a nenhum tipo de sociedade em particular. Já a riqueza capitalista na sua forma particular, aparece sob a forma de mercadoria, ou a riqueza na economia mercantil e, em específico, na economia mercantil-capitalista, é uma categoria com uma determinação histórica datada.

Para iniciar essa investigação não há alternativa a não ser observar esse objeto e perceber as características daquilo que é mais aparente ou visível nesse modo de produção, a mercadoria. Não é um começo arbitrário é uma constatação social, um fato observável.

O próximo passo é o processo de abstração do real – várias mercadorias diferentes com suas particularidades reduzidas, pelo processo de abstração, a uma mercadoria elementar, ideal e genérica. Abstrair é esquecer das diferenças; é característica do modo de pensar. A mercadoria é ela mesma uma abstração. Como afirma Galvan (2000) “quando se considera a mercadoria como uma abstração:

ela é aquela abstração que consegue separar (não através de reagentes ou microscópios como afirma Marx – RM) o valor do valor de uso”.

As mercadorias se definem como abstração no próprio cotidiano. Em outras palavras, a abstração definidora da mercadoria é real, prática e concreta e o seu código é o valor. Não se trata de uma definição ideal, é simplesmente uma constatação comprovada na realidade. Para Marx (1983, p. 12):

[...] a análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor mercadoria.

O ponto de partida efetiva da crítica a economia política é a riqueza mas aparece na sua forma particular, a mercadoria. A marca social da mercadoria é a lei do valor. Como diz Carcanholo (1993) “o valor é uma espécie de carimbo que a sociedade estampa sobre a materialidade física de cada valor de uso, transformando-o em mercadoria”. E segue: “o valor não tem materialidade física mas, ao mesmo tempo, não é uma simples idéia, um simples pensamento. O valor é real e tem materialidade, só que materialidade social e histórica”. A teoria da mercadoria esclarece aspectos importantes da teoria do valor e sem ela não podemos avançar para análise mais concreta e determinada do capitalismo.

A observação dessa forma elementar do modo de produção capitalista permite identificá-la por possuir duas características. Inicialmente, a mercadoria é um objeto que, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem. Essa característica é conhecida como valor de uso. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distinta de si própria ou, em outras palavras, de comprar outras mercadorias. A essa característica chama-se valor de troca. À primeira vista, o misterioso objeto que aparece diante nossos olhos é, *ao mesmo tempo*, valor de uso e valor de troca.

III

Primeiramente, as coisas aparecem aos homens como um objeto dos desejos, cheio de sutilezas femininas, como uma deusa que nos ousa a chamá-la de *bem*. Na nota 2 da *Para a crítica da economia política*, Marx faz um comentário curioso: “esta é a razão que explica por que compiladores alemães tratam com *amore* (com

prazer) valores de uso designados pelo nome de 'bem'. Esta intimidade entre amantes (amore) se desfaz completamente como num encanto de mágica. Este *amore*, que inspira sensualidade, charme e atração que nos leva a chamá-lo de *bem*, torna-se o seu contrário: de sensualidade a devassidão, de charme a sedução e de atração a repulsão⁷.

A forma natural que a mercadoria se manifesta é no valor de uso. O valor de uso só tem valor para uso e coincide com a sua forma natural palpável. Assim o "valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo" (MARX, 1983, p. 46; MARX, 1982, p. 31). Suas propriedades antes de qualquer coisa satisfazem as necessidades humanas de qualquer espécie.

A coisa útil portadora de um valor de uso pode ser analisada sobre dupla forma. Sobre o aspecto qualitativo, mercadorias diferentes possuem valores de uso diferentes. O arroz é diferente dos valores de uso da televisão, sapatos, carros, etc. Apesar do valor de uso possuir diferentes formas de utilidade, ela nunca ultrapassará sua forma de existência enquanto coisa que tem como fim o consumo com determinadas propriedades intrínsecas.

Ainda a mesma mercadoria pode ser utilizado de modos diferentes. Exemplo disso é o ferro, que dependendo do seu formato, pode ter diferentes valores de uso. Descobrir essas várias formas de ser da mercadoria é um ato histórico que evolui com as descobertas científicas ao longo do tempo. O aspecto qualitativo da coisa modifica as formas de uso e, portanto não a natureza (conteúdo) do valor de uso que serve como consumo.

Marx chamou o estudo da mercadoria como uma ciência da merceologia (MARX, 1983, p. 46), como uma disciplina autônoma que investiga as diferentes formas de utilização da mercadoria. Na *Para a crítica da economia política*, ele escreve que "uma explicação mais sensata sobre os 'bens' é necessário procurar nas 'Indicações Sobre a Ciência das Mercadorias' " (1982, p. 32). O que seria hoje o desenvolvimento da Engenharia, Biotecnologia, Informática e das Ciências em geral que Marx nem pensava em seu tempo? O homem estuda a natureza e procura entender as diferentes formas de utilização das coisas. A forma indústria que Marx analisa no capítulo XIII de *O Capital* nem sequer possuía setores de qualidade total, pesquisa e desenvolvimento, controle sanitário, marketing, etc. Mas isso apenas muda a natureza da transformação externa do objeto sem modificar a análise lógica do modo de produção capitalista e suas características internas, e a sua natureza oculta. Se afirmar que o progresso técnico modificou ou desatualizou as análises contidas no sobre o modo de produção capitalista – o que parece afirmar muitos marxistas –

teria novamente entrando nos encantos da mercadoria (amore). O aspecto qualitativo do valor de uso é um ato histórico e determinado pelas propriedades dela mesma. As mutações das formas físicas não alteram em nada a natureza da coisa.

Enquanto aspecto quantitativo, a coisa útil possui múltiplas formas de ser medido. Alguém mede o leite por peso, ou o arroz por litro? Assim, “a diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte de convenção” (MARX, 1983, p. 45). Descobrir esses aspectos quantitativos e as melhores formas de medidas também é um ato histórico mas sua mudança não altera a natureza da coisa útil.

Essa coisa útil que satisfaz as necessidades humanas pode ser consumida diretamente como meio de subsistência, ou então, ser consumida indiretamente como meios de produção. Não importando qual a origem dessas necessidades, seja ela do estômago, da fantasia ou do desejo, pois essas necessidades e as formas como elas são consumidas (direta ou indiretamente) também não alteram em nada a natureza da coisa.

Neste ponto, acontece exatamente a ruptura conceitual entre Marx e os neoclássicos. Na teoria neoclássica ou teoria subjetiva do valor, a utilidade que o indivíduo reconhece no bem é o que define o seu valor. Para estes teóricos, a valoração do bem é consequência da relação subjetiva do homem com o produto, independentemente da forma como ele foi produzido. Supõe-se a existência do bem e, a partir daí, o homem atribui-lhe mais ou menos valor dependendo de sua saciedade. Em Marx, a situação é completamente diferente. O seu conceito de valor de uso é distinto da noção de utilidade dos neoclássicos. Enquanto estes últimos analisam a coisa a partir desse ponto de partida – o cálculo das fantasias –, Marx desenvolverá a análise expositiva da origem desses valores até chegar a substância imanente do valor. A satisfação das necessidades por um valor de uso qualquer só é possível graças às propriedades materiais deste. Essas propriedades não são obras divinas, mas resultado de um processo de trabalho (humano) que lhe conferiu essa materialidade. O trabalho concreto produz o valor de uso e, portanto, é anterior a qualquer relação subjetiva que se queira observar entre consumidor e produto. Assim, mesmo que se desejasse atribuir ao valor de uso a substância do valor, isto acarretaria na desconsideração da precedência do trabalho. Além disso, não se pode tomar como elemento explicativo uma categoria genérica e comum a todas as formações sociais como é o caso do valor de uso. A teoria subjetiva do valor torna-se uma propriedade psicológica do indivíduo isola-

do na sociedade sem determinações histórico-objetivas, escondendo o sangue e o suor que passam pelo corpo da mercadoria.

Num primeiro plano, uma coisa ou objeto (no modo de produção capitalista, a mercadoria) com suas propriedades úteis, é num sentido geral, condição necessária para a vida humana. Enquanto valor de uso, a mercadoria possui características universais para existência humana independente da forma de sociedade que ela se encontra. A existência do valor de uso significa existência da própria sociedade capitalista, feudal ou socialista.

Nem seus aspectos qualitativos nem seus aspectos quantitativos isoladamente nos parecem objeto de investigação da crítica a economia política burguesa de Marx. Alterar qualquer um dos seus aspectos não muda a natureza do objeto enquanto valor de uso e valor de troca.

IV

As propriedades do corpo da mercadoria mesmo (qualitativamente e quantitativamente) custam muito pouco ao homem e o “valor de uso *em si mesmo*, fica além do campo de investigação da Economia Política” (MARX, 1982, p. 32, grifos RM). Numa leitura desatenta, pode-se sugerir que o valor de uso não é objeto de investigação da economia política e conseqüentemente da sua crítica. Dessa forma, coloca-se o valor de uso como objeto de estudo das Ciências Naturais ou da Merceologia. Continuando no texto, Marx nos alerta “(o valor de uso – RM) apenas entra em seu círculo (da Economia Política – RM), quando é *determinação formal*” (1982, p. 32, grifos RM). O que seria então essa determinação formal? Teria Marx analisado duas formas de valor de uso?

Enquanto coisa (*ding*), ela sofre uma duplicidade na própria origem do capitalismo, tornando-se ao mesmo tempo coisa útil e mercadoria. Como coisa útil em si mesma⁸, a análise se encerra dentro do campo da crítica social que Marx empreenderia. Agora como mercadoria, ela sofre uma nova dobra, torna-se ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Para Marx, já da simples análise da mercadoria, como existência vital do capital, se revela uma dupla realidade, aparentemente não-contraditória, que por um lado, ela é sempre unidade de valor de uso e valor de troca. O valor de uso, neste caso, torna-se apenas pressuposta da existência da forma mercadoria. Em sua determinação formal, “os valor de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social des-

ta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca” (MARX, 1983, p. 46; MARX, 1982, p. 32). O valor de uso, além de ser portador material da riqueza – forma comum em qualquer sociedade – é também portador material do valor de troca, ou seja, forma determinada da sociedade que Marx analisa.

Para Marx, o *valor de uso em si*, enquanto produto ou bem, abstraído de suas determinações históricas, não joga nenhum papel na economia política. Para os economistas clássicos, como Smith e Ricardo, o valor de uso total ou simplesmente a soma de todos os valores de uso da sociedade constitui a riqueza material não-contraditória. Na visão da economia política clássica, o valor de uso significa a manutenção do poder de uma classe, poder econômico, político e social. Os clássicos não aprofundam o papel que o valor de uso tem na reprodução da vida material, até porque seu esquecimento teórico na investigação, constitui o processo de naturalização e eternização do capitalismo⁹.

Assim para Marx, a significação econômica do valor de uso só aparece na sua relação com as condições sociais de produção, tanto quando é influenciado por estas, como quando influi nessas condições. Como valor, a mercadoria adquire uma forma social específica e historicamente datada, ou seja, a sociedade capitalista. Nesta ordem, a mercadoria é fruto dos meios de produção privado onde a mercadoria deixa de lado seu aspecto particular de ser valor de uso para adquirir um aspecto estranho à sua existência enquanto coisa (utilidade) para se tornar portador material contrária a sua existência.

Em Marx, a crítica parte da duplicidade dos fenômenos que aparecem sobre a forma de simples trocas de mercadorias até atingir sua relação mais íntima. A unidade aparente entre valor de uso e valor de troca adquire um grau maior de abstração, da aparência não-contraditória a essência, agora como contradição entre valor de uso e valor.

Essa contradição só é potencializada na sociedade burguesa, onde constitui “a última forma antagônica do processo social de produção” (MARX, 1982, p. 26). A sociedade que Marx analisa, a sociedade burguesa de produção, é por natureza uma sociedade produtora de mercadorias, e não uma sociedade produtora de valores de uso para o consumo direto de seus produtores. O valor de uso só se realiza quando é produzido como não-valores-de-uso para seu produtor, e quando o seu consumo é mediatizado pela esfera das trocas. Essa contradição se torna possível na sociedade produtora de mercadorias pela vigência entre valor de uso e valor, sendo que o valor de troca é sua forma de manifestação.

Antes de qualquer coisa, não basta dizer que a mercadoria está presente um valor de uso, mas que seu valor de uso está em contínua contradição com a própria existência do valor. Acontece que as relações de produção têm existência real por causa do valor de uso, mas o valor de uso não tem existência plena, exatamente pelo fato da existência do valor. Esta oposição é muito importante para compreender as relações capitalistas de produção no sistema categorial de Marx.

Isto acontece porque os valores de uso, enquanto produto do trabalho de produtores privados, independentes e em concorrência entre si, não são utilizados socialmente e não satisfazem as diferentes necessidades sociais de forma *imediata*, mas apenas *mediatamente*, através do mercado, instância onde reina a lei do valor. Neste ponto, o valor de uso para ser social, para se afirmar enquanto valor de uso no capitalismo deve ser mediatizado pelo valor.

Assim, no capitalismo não existe valor de uso sem o valor; assim como não existe o valor sem o valor de uso, pois essa hipótese significa o fim da sociedade produtora de mercadoria e o começo da barbárie.

NOTAS

- ¹ O autor agradece a Jadir Antunes e Manoel Rebelo Jr. pelas críticas e sugestões referentes ao texto preliminar. Não obstante, possíveis erros ou omissões são de inteira responsabilidade do autor.
- ² Prof. da Faculdades Integradas de Ponta Porã /MS e Mestrando em Filosofia da UNIOESTE, campus de Toledo/PR.
- ³ E como o próprio Marx já alertava “o entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior” (MARX, 1983, p. 11).
- ⁴ Para este estudo, será utilizado o livro I do *Capital*, especialmente o capítulo 1, tópico 1, e o capítulo 1 da *Para a Crítica da Economia Política*, publicado anteriormente ao *Capital* e que Marx inclusive afirma que muitos aspectos não tratados no *Capital* estariam incluídos naquele livro.
- ⁵ Marx poderia ter escolhido como título da sua obra magna *O capitalismo*, mas nada seria tal incompleto, até mesmo porque na época de Marx não existia ou pelo menos não se usava a expressão. O capital vem da palavra *caput*, que significa literalmente “cabeça”, aquele que comanda, domina e reprime. Interessado em entender os mecanismos obscuros que tornou o capitalismo como modo de produção hegemônico nada seria mais completo que *O capital*, substância que dirige o espaço-mundo.
- ⁶ Adam Smith usa como título, e não por acaso, do seu principal livro como *A riqueza das nações*.

- ⁷ Nota-se, caso se comece desse ponto, estaria ficando apenas numa análise superficial a-histórica da mercadoria. Os seus encantos como amante (amor) seduziriam o autor e desviaria a análise para o cálculo dos prazeres. Jevons (1983, p. 47), um dos representantes da economia neoclássica, define o bem (amor) como “satisfazer ao máximo às nossas necessidades com o mínimo de esforço – obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável - , ou, em outras palavras, maximizar o *prazer*, é o problema da Economia” (grifos do original). O Reino do Paraíso dos Prazeres tem um encanto próprio de distorcer, por trás de suas portas, os mistérios do seu reino. Para Jevons, o início do estudo de economia política também são os objetos úteis “o conjunto dessas coisas, portanto, é o objeto imediato de nossa atenção”, portanto, ele fica preso ao enigmático mundo das mercadorias e o seu conjunto de prazeres, fascínio e gozo. Ver também Menger (1983, p. 243-245); Walras (1983, p. 53-60).
- ⁸ A escola subjetiva do valor ou escola neoclássica continuaria sua análise a partir desse ponto. O aumento da quantidade de coisa útil reduziria a utilidade marginal da mesma e vice-versa. O valor do bem é uma propriedade racional do indivíduo isolado que confere valor à mesma.
- ⁹ Ver sobre esse aspecto em BIANCHI (1981).

REFERÊNCIAS

- CARCANHOLO, Reinaldo. “A Dialética da mercadoria: guia de leitura. / O Capital: ciclos, circulação e rotação”. Roteiro de estudo. In: *Cadernos ANGE – Textos Didáticos*, n.º 4. 2ª edição. Vitória-ES: ANGE, 1993.
- BIANCHI, Marina. *A teoria do valor: dos clássicos a Marx*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- GALVAN, Cesare Giuseppe. “O valor como abstração: implicações”. In: *V Encontro de Economia Política*. Fortaleza: SEP, 2000.
- JEVONS, Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. *O Capital*, vol. I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MENGER, Carl. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SWEETZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.